

Os reflexos sociais da adoção de condutas éticas pelas organizações brasileiras

The social reflections of the adoption of ethical conducts by brazilian organizations

Ernani Maia Negrão de Jonas¹

Resumo

Após os escândalos de corrupção na última década no Brasil, de condutas antiéticas e desonestas expostas pelos veículos de mídia e também de atos de falta de humanidade entre as pessoas, a busca por encontrar respostas dos porquês de tantos destes atos e como as instituições poderiam agir como agentes de transformação foram à motivação do levantamento dessa pesquisa científica. O método utilizado foi qualitativo em busca de bases filosóficas de filósofos que escreveram sobre ética, observações de fatos sociais pelo autor e, além disso, a revisão bibliográfica de diferentes áreas do conhecimento, como as ciências: Antropologia, História, Sociologia, Filosofia, Direito, Psicologia e Economia, na observação do comportamento humano, da ética e sua falta e as demais mazelas organizacionais e sociais. As conexões encontradas demonstram alguns caminhos percorridos pelos seres humanos para que chegasse ao ponto de discussão atual e onde estará o ponto de inflexão para que a sociedade possa evoluir na ética através de exemplos de códigos estabelecidos pelas organizações e o papel das instituições para que a sociedade seja mais justa, igualitária, equânime e a busca do bem-estar social. As instituições e a mídia têm um papel fundamental nessa mudança, valorizando condutas éticas aceitas, e as condutas a serem repudiadas, valorizar o mérito, propondo a igualdade e também a equidade nas oportunidades. Desta forma, com a contribuição das organizações, os problemas que temos hoje como corrupção, fraudes, desvios, falta de empatia, esquemas ilícitos possam vir a ser inexistentes ou próximos desse objetivo.

Palavras-chave: Compliance. Ética. Conduta. Organizações. Sociedade.

¹ Especialista em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Especialista em Compliance e Governança Jurídica pela FAE Business. Profissional de GRC, Governança, Riscos e Compliance. E-mail: ernani.jonas@gmail.com

Abstract

After the corruption scandals in Brazil in the last decade, unethical and dishonest conduct exposed by the media and also acts of lack of humanity among people, the search for answers to the whys of so many of these acts and how institutions could act as agents of transformation they were the motivation for the survey of this scientific research. The method used was qualitative in search of philosophical bases of philosophers who wrote about ethics, observations of social facts by the author and, in addition, the bibliographic review of different areas of knowledge, such as the sciences: Anthropology, History, Sociology, Philosophy, Law, Psychology and Economics, in the observation of human behavior, ethics and its lack and other organizational and social problems. The connections found demonstrate some paths taken by human beings to reach the current point of discussion and where the inflection point will be so that society can evolve in ethics through examples of codes established by organizations and the role of institutions for society be fairer, egalitarian, equitable and the pursuit of social well-being. Institutions and the media have a fundamental role in this change, valuing accepted ethical conduct, and conduct to be repudiated, valuing merit, proposing equality and equity in opportunities. In this way, with the contribution of organizations, the problems we have today such as corruption, fraud, misuse, lack of empathy, illicit schemes may be non-existent or close to this objective.

Keywords: Compliance. Ethic. Conduct. Organizations. Society.

Data de submissão: 16 de junho de 2021

Data de aprovação: 08 de julho de 2021

INTRODUÇÃO

Este artigo científico propõe um debate mais aprofundado de diversos elementos que compõe uma cultura ética e sua ausência e também o estudo de vieses e não apenas ficar restrito a discussões de normas, normas jurídicas, leis e padrões, mas também de como as condutas éticas adotadas nas organizações podem influenciar a sociedade para uma mudança benéfica para todos. Os estudos bibliográficos e de observação social visam proporcionar uma reflexão para diversas organizações e sociedade para o fomento do comportamento humano na sociedade brasileira de agir com ética, transparência e cumprimento de obrigações perante as regras, normas, normas jurídicas, leis e com seus semelhantes.

Como as instituições podem mudar o atual cenário de casos de corrupção, fraudes, esquemas e de tratamento injusto com outro ser humano? O artigo propõe questionar o papel das organizações na fomentação de uma cultura ética mais inclusiva, mais humana e de cumprimento a valores básicos de fraternidade, identificando o porquê do chamado “jeitinho brasileiro” e de condutas consideradas antiéticas de brasileiros nas organizações, além de ressaltar os reflexos de condutas éticas e antiéticas e de falta de valores básicos fraternos nas organizações ocasionando em fraudes e corrupção, dentre outros problemas.

O artigo busca propor uma reflexão sobre uma necessidade de mudança de comportamentos e desvios de condutas que vão de encontro aos padrões de conduta ética e moral estabelecido nos códigos de condutas das organizações, nas normas, normas jurídicas e leis; para que uma mudança organizacional e estrutural seja realizada e que promova mais consciência para os indivíduos das novas gerações que serão a futura força de trabalho, intelectual e de influência na sociedade. A pesquisa busca identificar prováveis causas históricas ao longo de nossa história e também da humanidade de condutas antiéticas e para obtenção de vantagens indevidas ao longo dos anos, décadas, séculos e até milênios, que por reflexo acabam ocasionando no cometimento de crimes, fraudes, esquemas, corrupção e demais problemas.

Analisando o papel das instituições e propondo direcionadores para essas instituições serem agentes de mudanças na sociedade, agentes de compliance e que o reflexo da adoção de novas posturas seja absorvido por cada indivíduo, grupos sociais de modo que aumente o bem-estar social em nosso país, com uma sociedade mais justa, igualitárias, equânime e

com mais empatia e compaixão pelos seus semelhantes, até mesmo com mais amor e menos ódio com aqueles que pensam de modo diferente nas organizações e sociedade. As contribuições desse artigo são para diferentes indivíduos e grupos sociais observarem que os exemplos éticos a partir das organizações podem influenciar uma sociedade inteira com boas práticas e valores a serem seguidos, que muitas vezes alguns indivíduos não seguem, prejudicando as organizações e a própria sociedade, mas que possam buscar uma ressocialização e a restituição do dano causado, de acordo com a gravidade, e que possa voltar a inseri-los nas organizações e também na sociedade.

A busca por conexões entre várias ciências que compõe o conhecimento humano que expliquem o porquê de tantos atos desonestos, considerados antiéticos, desumanos afligem as organizações e como os exemplos éticos é um dos os métodos desse artigo científico. Com base em estudos bibliográficos de renomados autores; e também com observação social de fatos que ocorrem no nosso dia a dia. Analisando fatos e dados históricos que contribuíram para nossa mudança de conduta e também o que trazemos de raízes antropológicas até os dias atuais.

O ponto de discussão que a sociedade chegou hoje sobre a falta de ética de organizações, de indivíduos e grupos é vital para que as futuras gerações sejam mais conscientes e mesmo que inconscientes seus atos sejam menos lesivos as organizações. E os problemas que temos hoje sejam inexistentes ou próximos desse objetivo

1 OS REFLEXOS SOCIAIS DA ADOÇÃO DE CONDUTAS ÉTICAS PELAS ORGANIZAÇÕES

Desde os primórdios da humanidade, os seres humanos convivem com recursos limitados, o princípio da Escassez e na melhor alocação desses recursos, o que conceitua o que é Economia de acordo com Mankiw (2009).² Através de relações humanas entre os indivíduos ou grupos pressupõe a Ética de determinados grupos, sejam tribos, clãs, associações tribais ou indivíduos na comunicação, na troca desses recursos, na produção, na distribuição e nas demais tarefas no dia a dia. Porém nem todos possuíram valores basilares fraternos, de Ética em suas relações desde o mundo

² “Significa que a sociedade tem recursos limitados e, portanto, não pode produzir todos os bens e serviços que as pessoas desejam ter” (MANKIW, 2009, p. 3).

A moral é mais focada na ação realizada; a ética provém da filosofia, é mais reflexiva e pautada em valores de indivíduos e grupos

pelo qual o conhecemos, o que ocasionou inúmeras guerras, conflitos, histórias de absolutismo, tortura, escravidão, armações, complôs, enganações com técnicas baseadas em mentiras, e demais condutas inapropriadas para um ser humano, consideradas antiéticas por vários grupos que compõe a sociedade.

A moral e a ética são conceitos distintos: a moral é mais focada na ação realizada; a ética provém da filosofia, é mais reflexiva e pautada em valores de indivíduos e grupos – cada autor define um conceito com um aspecto diferenciado, mas que possuem um mesmo sentido. “Reservo à cada palavra respostas a duas perguntas diferentes. À indagação moral corresponde à pergunta: ‘como devo agir?’. E reflexão ética cabe responder à outra: ‘que vida eu quero viver?’” (LA TAILLE, 2007, p. 29). Para essa autora a moral é um conceito mais focado no modo, nos meios, e o conceito de ética mais abrangente, filosófico e reflexivo da vida de qualquer pessoa. De acordo com Ricoeur (1990, apud LA TAILLE, 2007, p. 29), “reserva a palavra ética para o que diz respeito ao tema da ‘vida boa’ e a palavra moral para as normas caracterizadas pela pretensão à universalidade e com efeitos de coação”. A Ética é tão abrangente de acordo com cada grupo ou indivíduo, que até mesmo em uma organização criminosa há códigos de éticas implícitos, não impressos, mas conhecido pelos seus membros. E a quebra da ética pressupõe punições para aqueles que compõem a organização criminosa.

A ética é mais sistematizada e corresponde a uma teoria de ação rigidamente estabelecida. A moral, em contrapartida, é concebida menos rigidamente, podendo variar de acordo com o país, o grupo social, a organização ou mesmo o indivíduo em questão (ASHLEY et al., 2006, p. 5).

Há a Ética Empresarial, das organizações com fins lucrativos, onde criam valores como “senso de dono”, “transparência”, “prestação de contas”, “inovação”, “respeito a dignidade humana”, dentre outros, que ficam estabelecidos em códigos de ética e conduta e delimitam comportamentos a serem seguidos e outros a serem repudiados dentro dessas organizações descritos em códigos e em programas de compliance. Há também nossa ética definida no Código Civil de 2002 como a boa-fé contratual, proibida e repudiando simulação em negócios jurídicos (artigos 422, 113, 187, 167), as punições pelo descumprimento e condutas criminalizadas no Código Penal, códigos preestabelecidos no Brasil para serem cumpridos.

“Em outras palavras, os valores morais de um grupo ou organização definem o que é ser ético para si e, a partir daí, elaboram-se rígidos códigos éticos que precisam ser seguidos sob pena de ferirem os valores morais preestabelecidos” (ASHLEY et al., 2006, p. 6).

Alguns seres humanos para obter recursos, que são limitados em todas as diversas sociedades, utilizam de vantagem indevida para a aquisição.

Alguns seres humanos para obter recursos, que são limitados em todas as diversas sociedades, utilizam de vantagem indevida para a aquisição, agindo muitas vezes de má fé, realizando fraudes contra as regras, normas e normas jurídicas estabelecidas na organização que ele esteja inserido e o famoso “jeitinho brasileiro”. Além de esquemas elaborados, e da falta de ética esperada no comportamento do indivíduo ou de seu grupo pertencente.

Crescente a necessidade por padronizar condutas aceitáveis e desencorajar condutas inaceitáveis, as instituições passaram em um primeiro momento a criar códigos, políticas e padrões organizacionais exigidos de seus membros. O Brasil tem o Código Penal de 1942, Código Civil de 2002, leis atuais como a Lei n. 12.846/2013, Lei Anticorrupção e demais leis pertinentes coibindo condutas e tipificando crimes de empresas e organizações num contexto geral. Mas por que ainda são crescentes os casos de corrupção, fraudes, ilícitos e falta de ética? O efeito não deveria ser a redução drasticamente de condutas inadequadas e inaceitáveis?

1.1 AS ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS DITANDO O EXEMPLO A SEGUIR NA SOCIEDADE

Para lidar com tais características, como a corrupção, fraude, práticas de ilícitos, falta de ética, dentre outras, de alguns brasileiros e de seres humanos como um todo; as organizações de fins lucrativos, organizações sociais, organizações públicas, organizações sem fins lucrativos iniciaram movimentos de criação de “Códigos de Ética” e “Códigos de Condutas”³ desde a última década e também a elaboração de políticas a serem seguidas pelas pessoas que participam dessas organizações, como por exemplo: valores e comportamentos considerados adequados e comportamentos repudiados e passíveis de punição no exercer de suas funções. Alguns funcionários já traziam tais características de seus grupos sociais pertencentes, tais como família, religião, associação, dentre outros; já outras pessoas tentavam absorver diversos comportamentos considerados novos, e outras, infelizmente cometiam desvios e eram punidas pelas suas condutas

³ Código de ética: Padrões éticos desejados dos membros de uma organização, fornecedores e partes relacionadas conforme seus valores, missão e visão. Códigos de Condutas: Definição de padrões de condutas aceitas e incentivadas e condutas repudiadas dos membros de uma organização e suas partes relacionadas; também as sanções pelo descumprimento. OBS.: Muitas vezes os códigos de ética e conduta estão juntos em um mesmo código, de acordo com cada organização. Programa de Compliance: Conjunto de projetos, políticas, normas, processos e controles internos para o cumprimento de padrões, políticas, normas, normas jurídicas e leis que a organização está inserida.

As condutas antiéticas e o “jeitinho brasileiro”, no mau sentido, são considerados por muitos como tentativas de flexibilizar ou ganhar uma vantagem considerada indevida.

inadequadas. Ao longo dos anos essas contribuições primeiramente vindas do setor privado, de grandes empresas e multinacionais progrediram e chegaram ao que chamamos de “Programa de Compliance”, uma série de projetos de políticas internas, condutas aceitas e repudiadas, aderência a leis e demais normas com o objetivo de aprimorar o ambiente de conformidade, regulatório e gerenciamento de riscos das empresas.

Com o exemplo vindo de grandes empresas, principalmente multinacionais, a pressão popular por mudanças e a tendência de seguir leis internacionais sobre corrupção criadas nos EUA, Lei de Práticas de Corrupção no Exterior (FCPA, 1977); Lei Antissuborno do Reino Unido (*The Uk Bribery Act*, 2010) foi necessário o legislador brasileiro também delimitar condutas inapropriadas como a corrupção de agentes públicos, pagamentos facilitadores, lavagem de dinheiro, cartel, dentre outras condutas descritas em leis a serem cumpridas e esperadas da sociedade, empresas e Governos para que todos tenham equilíbrio em suas relações cotidianas e de negócios jurídicos.

O exemplo vindo da organização maior do Brasil, o Estado, passava a trazer reflexos na sociedade brasileira no seu dia a dia, tanto em discussões entre brasileiros quanto em relações sociais no cotidiano. O que antes era considerado conduta normal, passava a ser questionada e repudiada por mais pessoas. Como é possível a conduta de tentar corromper um agente público fiscalizador do trânsito, se a pessoa está com conduta inapropriada desejada para um condutor? Por que muitos criticam os representantes públicos se no dia a dia cometem atos piores?

1.1.1 O “Jeitinho Brasileiro” é Brasileiro?

As condutas antiéticas e o “jeitinho brasileiro”, no mau sentido, considerado por muitos como tentativas de flexibilizar ou ganhar uma vantagem considerada indevida no cumprimento de regras, normas, normas jurídicas, leis e nas relações interpessoais foi observado como espelho em comportamentos inadequados de seres humanos em sociedades antigas. Conforme preconiza Antonik (2018), as fraudes e a má fé aconteceram em civilizações antigas, desde o começo da economia com o intuito de obtenção de vantagem indevida e enganar as pessoas, muito comum em “golpes” atuais como o golpe do falso bilhete premiado da loteria que ainda atinge pessoas, principalmente idosos. Portanto, não seria apenas uma característica brasileira e sim, de alguns seres humanos que participaram de diversos tipos de sociedade e grupos ao longo dos anos.

“Desde as origens da economia, existem, no mundo dos negócios, aqueles que se dedicam à prática de fraudes, armadilhas, sistemas e esquemas para enganar o próximo” (PARODI, 2005 apud ANTONIK, 2018). “O código de Hammurabi já definia, há quatro milênios, vários tipos de fraudes e punições” (ANTONIK, 2018, p. 35). Esse Código de Hammurabi, estudado em História do Direito, trazia um ordenamento de normas a serem cumpridas e também punições, sendo considerado um dos mais antigos códigos jurídicos que se tem conhecimento.

O filósofo grego Pitágoras de Samos, em sua célebre frase disse: “educai as crianças e não será preciso punir os homens”, analisando de uma forma ideológica, a frase refere-se ao cumprimento de padrões definidos desde a educação formal infantil padronizada da época até a vida adulta para coibir uma possível de sanção ou punição pelos descumprimentos desses padrões de educação que a sociedade na época desejava. Ou seja, eram padrões implícitos de Compliance, de Condutas e Éticas definidas na época por uma parte da sociedade que assim desejava seguir para que mais adiante não punisse quem a descumprisse. Desta forma aprimorando uma cultura organizacional da sociedade daquela época.

As diversas formas de se obter uma vantagem ilícita, indevida e antiética provêm de povos antigos ao longo da história mundial e não necessariamente apenas uma invenção brasileira. O “jeitinho” considerado por muitos como típico social do Brasil, é uma característica humana observada ao longo de milênios e séculos, de diversas civilizações.

1.1.1.1 O exemplo que vem de cima “o tom do topo”

Um sujeito que aderiu por não pagar a passagem em um coletivo urbano e pulou na plataforma para embarcar direto no ônibus, sem passar pela roleta de cobrança. Com sua bebida alcoólica na mão e de uma forma que justificasse seu ato dizer: “todo mundo rouba, os caras lá encima fazem pior” demonstra a péssima relação entre ele, o indivíduo, e o Estado que faz com que o sujeito cometa essa conduta criminoso, antiética de não querer pagar a passagem, mesmo tendo condições e preferisse beber sua lata de bebida alcoólica, antes do embarque em um dia de Sol. O indivíduo procura conscientemente uma forma de justificar suas condutas de acordo com os maus exemplos de integrantes do poder público, que ele recebe de notícias e informações através das mídias e deste modo não cumprindo seu dever de cidadão.

As instituições brasileiras devem ditar o tom que vem da liderança mais alta para os demais membros na pirâmide organizacional.

Observando constantemente jogadores profissionais do esporte mais popular no Brasil, o futebol, há diversas condutas que deveriam ser repudiadas e que não sejam aceitáveis pela população tais como a simulação e dissimulação de condutas em campo para induzir o árbitro ao erro em seu favor, estratégias para obtenção de vantagem indevida antes e durante a partida e demais condutas antiéticas praticadas. Muitas vezes essas condutas são corroboradas a pedido do técnico, que dita o exemplo da equipe, incentivando a “malandragem” no jogo para obtenção de vantagem injusta, desleal, desonesta, de má fé, para os membros do seu grupo social naquele momento, sua equipe de futebol treinada. Logo, seguindo a liderança, os jogadores em campo passam a realizar condutas antidesportivas, o que são muito mal recebidas em outros países e sociedades mais desenvolvidas, pois soa como desonestidade no jogo. E diversas vezes são coibidas pelos próprios torcedores, jogadores e dirigentes de diversas equipes do futebol nessas sociedades.

Nos dois casos observados, a ponderação em não pagar a passagem de ônibus em sinal de um sentimento de revolta com seus representantes públicos e no outro, a busca desenfreada pelo mérito de uma conquista, levaram seres humanos a cometerem atos antiéticos, em descumprimento a regulamentos, normas e leis ou não expostas explicitamente, e se espelhando em seus líderes, sejam a liderança pública, representada pelos representantes públicos ou pela liderança privada, no caso observado e analisado, pelo técnico de futebol. Muitas vezes esses líderes devem ditar o que na linguagem dos negócios e administração chamamos de tom que vem do topo, o exemplo deve vir de cima, ditando os bons exemplos e condutas a serem seguidas por todos os liderados e também as condutas a serem repudiadas. As instituições brasileiras devem ditar o tom que vem da liderança mais alta para os demais membros na pirâmide organizacional, ou seja, desde o nível estratégico, passando pelo nível tático até o operacional. E numa estratificação social, desde os estamentos mais abastados até os menos abastados. Conforme preconiza o IBGC (2017), as organizações devem formular sua identidade; uma junção do propósito, valores, princípios, missão e a visão. Deste modo, as organizações terão uma identidade própria. Há de se ressaltar que as organizações além de ter uma identidade, necessitam ter um sistema de compliance nas organizações, o IBGC (2017) menciona que esse sistema é compreendido como uma ferramenta, e que os princípios de Governança Corporativa são denominados de “deliberação ética”. E que essa deliberação ética deve permear todo o sistema criado.

**Na ciência da filosofia,
para o filósofo alemão
Immanuel Kant a ética se
daria pela razão em sua
principal obra “Crítica da
Razão Pura”.**

Esses maus exemplos muitas vezes são absorvidos pela sociedade que se espelham no futebol ou outro esporte em achar “normal” em burlar regras, cometer atos antiéticos em um “vale tudo” para obter uma conquista relevante na sociedade ou para o grupo a que pertence. São também refletidos por crianças, jovens e adultos, tornando o ambiente injusto, desigual e desonesto, contribuindo algumas vezes para o cometimento de crimes e sucesso de determinadas pessoas ou grupos e o insucesso de outras pessoas ou outros grupos.

Uma ponderação é realizada entre o que é permitido e o que não é permitido fazer, acrescido de uma ponderação pessoal com base em julgamentos próprios implica em um jeito de sobrevivência, algumas vezes de má fé, de “malandragem” e entre o que a lei permite ou não fazer, o que um código de conduta e ética de uma empresa reverbera, e o que uma simples regra de convivência diz ou uma norma de uso ressalta como deve ser feito.

Assim, entre o “pode” e “não pode”, escolhemos, de modo chocantemente antilógico, mas singularmente brasileiro, a junção do “pode” com o “não pode”. Pois bem, é essa junção que produz todos os tipos de “jeitinhos” e arranjos que fazem com que possamos operar um sistema legal que quase sempre nada tem a ver com a realidade social (DAMATTA, 1984, p. 100-101).

O antropólogo Roberto Damatta já em 1984 no seu livro “O que faz o Brasil, Brasil?” mencionava esses dilemas éticos e morais de indivíduos brasileiros no capitalismo moderno que ainda são muito comuns nos dias atuais. Ressaltando a característica do “jeitinho brasileiro” como exemplo vindo de altas lideranças e também como fator antropológico do ser humano ao longo do tempo e das civilizações.

Na ciência da filosofia, para o filósofo alemão Immanuel Kant a ética se daria pela razão em sua principal obra “Crítica da Razão Pura”. Seria um ato antiético e imoral, alguém com condições de ter razão de seus atos e mesmo assim cometer seus ilícitos e atos com a intenção de obter uma vantagem indevida. O entendimento da razão seria fundamental de acordo com o que preconiza o autor Bryan Magee:

Kant acreditava que só uma criatura capaz de entender as razões por que fazer ou não fazer algo poderia ser vista como comportando-se moral ou imoralmente. Mas a validade de tais razões não é apenas uma questão de gosto individual. Podemos diferir em nossos julgamentos sobre se determinada razão é boa ou não, mas o fato mesmo de debatê-la e de tentar persuadir alguém mostra que acreditamos em uma razão realmente boa comanda o assentimento (MAGEE, 2001, p. 137).

Mas com os dilemas éticos entre o “dever ser” e o “ser” pelo qual desejamos como sendo ético e que se aplicaria universalmente a todos,

Muitos indivíduos fazem de tudo para alcançar seus objetivos e alimentar suas ambições pessoais ou de seus grupos que não são éticas para muitos grupos sociais.

Kant dizia em agir por dever, segundo a visão dele sobre ética. Criou seu imperativo categórico, “Imperativo Categórico Kantiano”, “age apenas segundo máximas que tu também queres que sejam leis universais” em sua obra “Fundamentação da Metafísica dos Costumes” em sua primeira publicação datada de 1785.

A ética para o filósofo alemão Arthur Schopenhauer, que se aprofundou nos pensamentos de Kant, e com críticas ao pensamento dele, em sua principal obra: “O mundo como vontade e representação” seria a compaixão com outro ser humano e não a racionalidade que Kant defendia conforme preconiza Bryan Magee (2001) em seu livro: “História da Filosofia”, a visão de mundo do filósofo Arthur Schopenhauer era de um desgosto. Eis as palavras de Magee:

No caso de Schopenhauer havia um ativo desgosto do mundo. O reino da natureza animal parecia-lhe indizivelmente aterrador: a maioria das criaturas ali vivem caçando e devorando outras criaturas, de modo que a cada segundo de cada dia milhares de animais são despedaçados ou comidos vivos – o verso de Tennyson sobre a “natureza rubra com garras e dentes” é uma realidade literalmente sangrenta. Sua visão de mundo era bastante semelhante. Violência e injustiça abundam por toda parte (MAGEE, 2001, p. 143).

Será que esse estado de natureza selvagem ainda existe nos tempos atuais entre os seres humanos e também entre as organizações? Até que ponto o ser humano evoluiu em sua ética no tratamento com outros seres humanos que não lhe trarão préstimo algum? Ainda há injustiças sendo cometidas em nossa sociedade? Falta compaixão e empatia?

As perguntas questionadas nesse artigo científico trarão várias respostas e reflexões de diferentes áreas do conhecimento. Mas traçando um paralelo com o cenário atual de crueldades com animais, injustiças e selvagerias de alguns seres humanos que em prol de um sucesso profissional, busca pelo empoderamento econômico e social, satisfação do ego e a busca por um *status*, muitos indivíduos fazem de tudo para alcançar seus objetivos e alimentar suas ambições pessoais ou de seus grupos que não são éticas para muitos grupos sociais. Mas que para outros grupos talvez seja até ético.

Esses indivíduos sejam líderes públicos ou privados, e de instituições que deveriam atuar para trazer equilíbrios entre os seres humanos e equidade, buscar o bem-estar social, a paz entre os povos, muitas vezes atuam de forma contrária a tudo isso e em prol ainda da existência desse mundo selvagem, de seus interesses, que tanto causava pessimismo a Schopenhauer. Então, para Schopenhauer, faltaria compaixão para os seres humanos do século XXI, já que é o fundamento da ética. Para Kant, em sua

ética Kantiana, faltaria mais razão para os seres humanos em suas tomadas decisões no que chamamos “dever ser”. Porém, pelo que podemos observar, há falhas graves de racionalidade e carência de valores fraternos como compaixão e empatia. E nesses valores as instituições devem se comprometer a fomentar, divulgar e dar o exemplo, cumprindo seu papel social responsável e também de evolução da espécie humana.

1.2 DA COLONIZAÇÃO ATÉ A MONARQUIA, UMA EXPLORAÇÃO ANTIÉTICA

Os interesses econômicos e a busca por novos recursos moveu a humanidade por milênios e séculos; não seria diferente da história do Brasil. O interesse de Portugal nas terras descobertas do Brasil, em um primeiro momento foi de extrativismo, produção de monoculturas e busca pelo aumento de lucros. Eis o que disse o autor Marcos Costa em seu livro:

Portugueses e outros povos estavam em buscas de mercados consumidores ou fornecedores de qualquer coisa que pudesse se transformar em lucros. Nesse ponto, a região do Oriente Médio, a Índia e a China estava anos-luz à frente da civilização que Portugal encontrou no Brasil (COSTA, 2016, p. 29).

Conforme preconiza (COSTA, 2016) então, o Brasil no começo de sua colonização teve as terras alugadas para outras pessoas desenvolverem uma produção inicial de recursos em troca de uma parte dessa produção. A busca por esse extrativismo do colonizador e as demais pessoas que vieram atrás de trabalho e uma vida mais próspera iniciou o interesse econômico do território que hoje corresponde à República Federativa do Brasil.

Esse olhar de interesse econômico e extrativista foi o que contextualizou toda nossa colonização em detrimento de outras prioridades como a ideia de povoamento na colônia, em um primeiro momento. Não era um primeiro momento de um desenvolvimento de um bem-estar social como conhecemos hoje em Sociologia, de uma unificação de etnias e povos, mas sim de uma exploração de recursos naturais como o pau-brasil, muitas vezes com mão de obra escrava indígena. Posteriormente, séculos depois a civilização avançou e condenou até as empresas que se utilizam de trabalho análogo à condição escrava (jornadas exaustivas, sem descanso ou com descanso insuficiente, condições insuficientes de trabalho) e de um desenvolvimento sem pensar na sustentabilidade e condena também práticas predatórias ambientais. O que nos faz pensar de quantas raízes antropológicas o ser humano do século XXI ainda carrega consigo na exploração da força de trabalho análoga à condição escrava.

Os estudos etnológicos no Brasil também corroboraram muitos modelos econômicos adotados hoje, falhas e erros na tomada de decisões.

O primeiro grande ciclo econômico foi o da extração de pau-brasil e o segundo da produção de açúcar, desenvolvimento da cana-de-açúcar em engenhos para comercializá-la posteriormente com os mercados fora do Brasil colônia. Já observamos nesse momento a cultura de monopólio de mercados de transporte, refino e distribuição pelos por banqueiros e comerciantes judeus conforme exposto por Costa (2016), prática que é repudiada nos dias atuais com a defesa da concorrência limpa e antitruste pelo CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica. E também pela participação de novos entrantes dos mercados econômicos, coibindo assim práticas de monopólio e oligopólio.

As monoculturas, o latifúndio e o trabalho escravo marcaram nossa história da colonização, de nossos primeiros habitantes do território brasileiro, os povos indígenas do Brasil chegaram até ser escravizados na exploração do pau-brasil, antes dos escravos negros trazidos da África. As instituições na época corroboravam com essas práticas para o desenvolvimento da colônia e fortalecimento do comércio do colonizador. Retornando o que o conceitua a Economia, que diz que os recursos são escassos, Portugal buscava mais recursos através do extrativismo e depois da produção de culturas agrícolas para ter uma vantagem competitiva em relação a outros países no comércio. O Brasil foi colônia de Portugal fornecendo recursos naturais, minerais e humanos para o colonizador, e como era a obtenção desses recursos que é o grande ponto de discussão, pois nem sempre foi pautada na ética.

Tendo os índios de diferentes tribos como os primeiros habitantes legítimos do território brasileiro. O Brasil teve inúmeros conflitos ao longo do tempo, como a antropologia estrutural observa estudando os fenômenos sociais em prol muitas vezes de interesses econômicos. “A histórica econômica é, em larga medida, a história de operações inconscientes. De modo que todo bom livro de história – e mencionaremos um dos grandes – está impregnado de etnologia” (LÉVI-STRAUS, 2017, p. 37). Essa Etnologia a que se referiu Claude Lévi-Strauss em 1958, em seu livro “Antropologia Estrutural”, pelo estudo de fatos da cultura e de fenômenos sociais de um povo, é o que nos mostra o quanto avançamos como seres humanos, brasileiros, e o quanto precisamos avançar. Os estudos etnológicos no Brasil também corroboraram muitos modelos econômicos adotados hoje, falhas e erros na tomada de decisões que se repetem e podem estar relacionados com base no inconsciente coletivo de padrões históricos, que nos dias atuais, não deveriam ser tão eficazes quanto antes, nem mesmo eficientes no médio e longo prazo. A busca por um modelo de exploração de recursos naturais e minerais sustentáveis é o que muitas economias modernas adotam, bem como o capital de investidores que possuem padrões éticos rígidos para seus investimentos.

Da Antropologia estrutural que é um olhar de observação particular para um olhar universal, etnológico, logo, estrutural, conforme preconizado por Lévi-Strauss (2017, p. 37), podemos observar também que muitas das características do ser humano brasileiro do século XXI têm raízes antropológicas estruturais, dos fenômenos sociais, linguísticos, que marcaram nossa história de colonização e que inconscientemente, às vezes até conscientemente, são fenômenos sociais observados até nos dias atuais. Em trágicas situações de falta de ética, do “jeitinho brasileiro” e também de condutas criminalizadas, até mesmo em bons exemplos éticos que a sociedade brasileira demonstra. Conforma as palavras de Claude Lévi-Strauss:

Seria portanto inexacto dizer que, no caminho do conhecimento do homem que leva do estudo dos conteúdos conscientes ao das formas inconscientes, historiadores e etnólogos caminham em direções opostas. Ambos vão no mesmo sentido. O fato de o deslocamento que efetuam conjuntamente se apresentar a cada qual sob uma modalidade diferente – para os historiadores, passagem do explícito ao implícito e para os etnólogos, do particular ao universal – não muda em nada a identidade do procedimento fundamental. No entanto, num caminho em que seguem no mesmo sentido o mesmo percurso, apenas sua orientação é diversa. Os etnólogos caminham para a frente, buscando, através de um consciente que nunca deixam de considerar, chegar cada vez mais perto do inconsciente a que se dirigem (LÉVI-STRAUSS, 2017, p. 37).

Esses sinais inconscientes e muitas vezes conscientes que marcaram nossa colonização e construção social são observados até nos dias atuais. A antropologia estrutural, do estudo de Lévi-Strauss e outros antropólogos são fundamentais para compreendermos porque tantos problemas acontecem e reaparecem em nosso país, nas empresas, organizações e sociedade.

Após a descoberta de recursos minerais pelos espanhóis, em Potosí, no ano de 1545 é que Portugal identifica a oportunidade em colonizar estruturalmente o Brasil com a criação de um governo geral posteriormente e unindo seus esforços para a busca de recursos minerais na colônia brasileira. A partir de um interesse econômico em determinada região é que se desenvolveram inúmeros estados do Brasil, chegando à estrutura organizacional, social e logística após o interesse econômico.

Nos dias atuais, em 2020, O Brasil ainda busca uma exploração de recursos minerais de modo sustentável e socialmente responsável; pois trazemos essa herança econômica e social desde o interesse despertado dos colonizadores Portugueses pelos minérios aqui encontrados, após a conquista das minas de Potosí pela Espanha. Ainda há resquícios de uma exploração pouco social responsável, refletindo em recentes acidentes ambientais na mineração, culminando na perda de vidas pelo

não cumprimento de um compliance ambiental para prevenir desastres, que poderiam ter sido evitados, pela tomada de decisões erradas de seus dirigentes. Logo, por decisões antiéticas de algumas pessoas da liderança de certas organizações.

A concentração de poder político e financeiro nas mãos de poucos indivíduos e também de grupos, como os chamados “Senhores de Engenho” e posteriormente nos “Coronéis” do café, possibilitando pouca mobilidade social pelos estamentos foi um dos fenômenos sociais que carregamos até nos dias atuais. A colonização trouxe malefícios e benefícios para a sociedade. E problemas que enfrentamos nos dias atuais.

1.3 DA MONARQUIA AOS TEMPOS ATUAIS, A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA DE CADA INDIVÍDUO E GRUPO

A monarquia trouxe avanços para o Brasil na época. Os esforços do Brasil Império foram em avançar na construção de faculdades, que foi seguido posteriormente pelo Brasil República, desenvolvimento da estrutura local e demais avanços no ramo de diversas ciências. Após a Monarquia, a participação do Estado no Brasil República foi fundamental para o processo de industrialização do país. E O desenvolvimento de novos mercados econômicos de produtos e serviços.

Á ação (ou a inação) estatal foi decisiva para construir a sociedade industrial de massa que somos, mas ao mesmo tempo influenciou negativamente a competitividade de nossa economia, perpetuou a desigualdade, criou castas e nichos de privilégios e empurrou o grosso da população para um Brasil muito diferente daquele que existe na superfície das aparências (CASTOR, 2000, p. 4-5).

Conforme abordado por Castor (2000) essa competitividade econômica foi desordenada, o que acarretou na desigualdade e também em falhas do mercado, fazendo com que o Estado necessitasse novamente intervir na economia para realizar ajustes nessas falhas de mercados. “Os economistas usam a expressão falha de mercado para se referir a uma situação em que o mercado, por si só, não consegue produzir uma alocação eficiente de recursos” (MANKIWI, 2009).

Com as falhas em diversos mercados que compõe a Economia brasileira, nosso cotidiano acaba sendo afetado e as falhas produzem consequências na sociedade, nos indivíduos, em suas relações interpessoais e também éticas. O aumento da desigualdade e a má distribuição de renda, diferença alta entre os mais ricos e os mais pobres, proporciona também a ponderação que o antropólogo Roberto Damatta (2015) citou; dessa péssima relação com o Estado, o indivíduo pondera em não cumprir certas obrigações.

A priorização de investimento no ensino superior foi seguida pelo Brasil República. Mas será que um ensino básico forte não seria uma das formas de combater tanta corrupção, fraudes e vantagens indevidas que o Brasil encontrou em sua história recente com gerações mais conscientes desde a fase infantil? Muitas vezes a própria família ensina o “errado” para suas crianças, as instituições de ensino básico com um ensino de maior qualidade poderiam ajudar na formação de novos cidadãos mais conscientes. O autor Fausto (2016) preconizou em seus estudos sobre a sociedade e civilização brasileira o favorecimento do ensino superior:

A categoria dos intelectuais, dos profissionais “liberais” – advogados, médicos, engenheiros, professores, jornalistas –, também se expande. Para isso muito terão contribuído a criação de novas faculdades e a expansão do ensino secundário. O Império já havia aberto essa tendência ao favorecer a fundação de escolas superiores em detrimento de uma rede de ensino primário ou da alfabetização do conjunto da população (FAUSTO, 2016, p. 22).

Essa não priorização do ensino da população na base da pirâmide educacional pode ter contribuído para a formação de cidadãos menos conscientes de seu papel na sociedade e de seus atos dentro das organizações, já que em alguns casos apenas os ensinamentos que a instituições família passa não é suficiente para um cidadão ser integro, racional, ético e com compaixão com outro ser humano. Então, o papel de diversas instituições possa complementar a formação moral e ética de muitos seres humanos.

2 COMO AS ORGANIZAÇÕES PODEM CONTRIBUIR PARA A MUDANÇA DE COMPORTAMENTO NA SOCIEDADE?

Dizem que o melhor exemplo é aquele que vem de cima para baixo. O indicativo de um exemplo deve vir das mais altas lideranças das diversas organizações e instituições em padrões pré-definidos até os graus mais baixos na base da pirâmide organizacional. As organizações do setor público e privado podem contribuir muito para a construção de uma sociedade mais justa, harmônica, integrada, equânime, com campanhas pró-ética, de competição leal, de inclusão, reforçando valores fraternos, como a empatia, a solidariedade, a harmonia entre grupos antagônicos, o respeito a diversidades e aos direitos humanos.

A partir da criação da Lei n. 12.846/2013, mais conhecida como “Lei Anticorrupção”, que criou um marco nas relações de organizações com o setor público e com os agentes públicos, após um ponto de inflexão

econômico e social, o debate sobre práticas antiéticas e de crimes, como por exemplo, corrupção, pagamento de propina ganharam notoriedade na sociedade brasileira. As organizações passaram a escrever Políticas e aprimorar Códigos de Condutas e Ética para os funcionários se adequarem a novos padrões estabelecidos de relacionamentos.

As demais organizações, para atingir os mais altos padrões éticos, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) definiu alguns “princípios de Governança”⁴, tais como: Equidade, Prestação de Contas, Governança Corporativa e Transparência. Esses princípios podem e devem ser aplicados em diversas organizações, desde as empresarias, até as familiares e nas relações entre indivíduos e grupos da sociedade brasileira. As relações interpessoais e organizações caminham para a “Era da Credibilidade” onde quem tem credibilidade de suas palavras e atos passarão a ser protagonistas nas organizações e aqueles que não têm serão questionados pela sociedade.

Dos poderes legislativo, executivo e judiciário a criação de Programas de Integridades, programas de Compliance, os avanços foram muitos através da criação de leis, padrões, maior participação da CGU (Controladoria Geral da União) em debates sobre os programas de integridades e as demais controladorias gerais de cada estado da federação. Criação de institutos que fomentam o combate à corrupção e o desenvolvimento da ética nos negócios também foram bons exemplos de adoção de padrões éticos para as organizações, refletindo na sociedade.

Como a criação em 2010 do selo Pró-ética⁵ pelo Governo, por meio da Controladoria Geral da União em parceria com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, para o reconhecimento de empresas comprometidas com a ética e compliance. E a disponibilização da lista de empresas inidôneas e suspensas para realizar negócio com o poder público, no portal “Transparência do Governo”⁶, e a lista de empresas com trabalho análogo ao escravo dispostas abertamente nos *websites* público são exemplos de avanços na criação de uma cultura organizacional ética, repudiando determinadas condutas e enaltecendo outras.

⁴ IBGC – Princípios da Governança Corporativa. Disponível em: <<https://www.ibgc.org.br/blog/principios-de-governanca-corporativa>>. Acesso em: 15 set. 2020.

⁵ Selo Pró Ética – Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/etica-e-integridade/empresa-pro-etica/historico#:~:text=Em%209%20de%20dezembro%20de,junto%20ao%20setor%20empresarial%20a>>. Acesso em: 13 set. 2020.

⁶ Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS). Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>>. Acesso em: 15 set. 2020.

Outro viés importante é o psicológico, onde as instituições também devem atuar, juntamente com o fomento da cultura organizacional mais íntegra.

Outro viés importante é o psicológico, onde as instituições também devem atuar, juntamente com o fomento da cultura organizacional mais íntegra. As áreas de recursos humanos das organizações, com seus funcionários com base na ciência psicologia e também deveriam contratar profissionais de sociologia, já que em uma organização há diferentes grupos sociais ali inseridos, muitas vezes antagônicos, devem atuar para desenvolver uma cultura organizacional mais inclusiva, harmônica e com respeito a valores fraternos básicos e de moral individual e coletiva. A autora Yves de La Taille menciona o conflito do cumprimento da moral pelo indivíduo:

O grande mérito do pai da psicanálise foi certamente o de ter sublinhado o caráter conflitivo da relação do indivíduo com a moral. Por um lado, o indivíduo quer a ela se submeter, pois sabe que esse é o preço a ser pago para viver em sociedade e se civilizar. Por outro, ele reluta fortemente em fazê-lo, pois tal submissão implica perda de liberdade e, portanto, renúncia a saciação de desejo. É por essa razão que o porvir moral de cada um é incerto (LA TAILLE, 2006, p. 13).

Então qual seria o desejo não saciado de indivíduos e grupos que pelos seus atos cometem fraudes, corrupção, atos antiéticos e esquemas? A busca pelo poder? A busca por um *status* social e financeiro? Por que para uns indivíduos só cumprem determinado padrão por medo de sanção? Provavelmente todas essas perguntas são respondidas pela Psicologia e Psicanálise Freudiana, bem como de outros autores, com outras visões; mas o mais importante é que o viés psicológico de cada indivíduo na organização deve ser levado em conta antes, durante e após o ingresso nas organizações. As áreas de recursos humanos devem ser mais atuantes na formatação do viés psicológico desejado na organização e participar de decisões estratégicas e na elaboração de políticas e sanções internas.

O Id, espécie em vulcão em constante atividade e fonte inconsciente de desejos, precisa ser vigiado e controlado a todo instante para que não faça destruidoras irrupções no cotidiano dos homens: essa é a tarefa da consciência moral. Mas que outra força psíquica pode desempenhar papel tão difícil? A razão? Na linguagem comum, a noção de consciência remete a ela. Mas não para Freud. Para ele, a consciência moral tem raízes inconscientes, à qual deu o nome de superego (ou ideal do ego). Dito de outra forma, lexicamente paradoxal: a consciência moral tem raízes inconscientes (LA TAILLE, 2006, p. 14).

Dentro das organizações atos imorais e considerados antiéticos são constantemente realizados pelos indivíduos, mesmo eles sabendo dos padrões não aceitos pela organização. Mas conforme preconiza La Taille (2006, p. 14) não apenas a razão seria importante, mas sim o inconsciente de cada indivíduo é importante nas organizações. Mas como a organização pode se precaver contra condutas impulsionadas pelos inconscientes dos seres humanos? Uma das alternativas é de realização de treinamentos

cada vez mais imersivos em situação de dilemas éticos e morais, de modo que traga o indivíduo para o consciente, para a razão, e que seus inconscientes sejam cada vez mais de bons atos, e não de atos antiéticos, imorais e criminosos. Que a “Id” dos membros das organizações possam ser controladas e que condutas inapropriadas possam não acontecer.

Isso responde em partes o porquê do grande número de fraudes nas organizações são realizadas, mesmo com códigos de ética e conduta, controles internos e políticas preventivas. Então, nas organizações sempre terão indivíduos propícios a fraudes, atos antiéticos e até criminosos? Possivelmente que sim, as organizações não conhecem os inconscientes de seus membros, muitas vezes muito pouco sobre a cultura de cada indivíduo e seus grupos sociais, nem mesmo os indivíduos conhecem os seus inconscientes. Mesmo corroborando com padrões de conduta e ética, reafirmando o seu cumprimento, cometem atos lesivos à organização e a outros funcionários.

A importância de educar a moral e a ética desde a base, ou seja, desde as primeiras idades do ser humano, é uma das possíveis soluções que algumas instituições podem fornecer para que a pessoa possa se tornar um adulto mais ético e com mais integridade e comprometido socialmente. Pois conforme os estudos de La Taille (2006), Freud disse, mesmo que inconscientemente, o ser humano busca seus valores; desde a base de sua criação, mesmo que em sua família tenha fornecido outro tipo de criação contrária a aquela que ele absorveu. Então os bons valores de fraternidade, de integridade e honestidade teriam relevância em dilemas éticos que o indivíduo fosse encontrar em sua vida adulta nas organizações.

Esses padrões implícitos sociais de determinados grupos, sendo parte da cultura da organização no qual o indivíduo ou o grupo esteja inserido reflete em seu comportamento podendo ocasionar danos materiais para as organizações em casos de fraude ou danos a reputação e imagem das organizações em casos de ilícitos, dentro ou fora da organização e demais condutas antiéticas cometidas pelos membros da organização. Por que a decisão de interditar o acesso a uma rua situada em uma comunidade carente pertence a uma pessoa ou seu grupo criminoso e não ao Estado? Por que muitos continuam estacionados em vagas exclusivas para deficientes físicos e/ou idosos? Por que há a necessidade de pagar propina a um agente público para liberação de uma demanda legal, quando o agente público cumpre sua função? Esses porquês são conveniados por decisão individual ou em grupos de pessoas que acreditam que a regra do jogo depende de uma adequação e muitas vezes buscam inconscientemente seus valores e emoções passadas e ponderam pelo não cumprimento de determinado padrão.

O compliance com padrões possui também um viés psicológico e antropológico de cada indivíduo e sua relação com o mundo dentro de suas experiências. Os esforços para mudar características que parecem estar enraizadas na cultura como o “jeitinho brasileiro”, pagamentos de propina, fraudes, devem ser feitos pelas diversas organizações que compõe a sociedade brasileira. Sejam organizações empresariais, públicas ou do terceiro setor, necessitam desenvolver uma nova cultura de valorização de condutas éticas e aceitas e de repúdio, conscientização pelas condutas antiéticas, redirecionando o indivíduo mais consciente e reintegrado a sociedade e as organizações, após ele restituir de seus erros.

Há diversas possibilidades para redirecionar os esforços das instituições, sejam elas, governo, estado, família, religião, organizações com e sem fins lucrativos; uma delas é efetuar uma reanálise do ambiente que contextualiza todas as relações humanas e o estudo antropológico e social do indivíduo, buscando valorizar condutas éticas e repudiar condutas inadequadas. Com o foco em treinamentos, principalmente imersivos em estudos de casos e trabalho educacional de base, nas famílias e demais organizações.

Porém mesmo diante desses todos os esforços, podem não surtir efeito em determinados indivíduos. Não pela sua incapacidade psíquica, mas sim pela adequação antropológica que o sujeito realiza, pela falta consciência social ou podendo agir pelo seu inconsciente, conforme destacado por Yves de La Taille em seu livro: “Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apenas a adoção de padrões rígidos de condutas descritos nos códigos de condutas, normas, sanções e punições, leis não vai adiantar se não mudar a cultura organizacional e social para maior valorização das condutas éticas aceitas pelas instituições, valorização do indivíduo; muitas vezes essa cultura de não valorização é enraizada entre indivíduos e grupos sociais que aceitam, promovem e difundem apenas seus membros, em detrimento de indivíduos diferentes de seus grupos sociais, cometendo muitas vezes atos antiéticos, desonestos, ilegais e desumanos. A sociedade deve deixar de valorizar gestos antiéticos como sinônimo de sucesso e esperteza. Pois muitos prosperaram, enriqueceram os membros de seus grupos, de forma antiética, desonesta, desleal e até ilegal.

As mídias tradicionais e as alternativas podem desempenhar um papel que deve valorizar o mérito, propondo a igualdade e também a equidade nas oportunidades. Muitas histórias de conquistas devem ser narradas também do ponto de vista ético, de cumprimentos com os deveres, com a legalidade e não apenas de conquistas antiéticas, de falta de responsabilidade social das organizações e de demais atitudes que fortalecem apenas determinados indivíduos e grupos, gerando o lucro a qualquer preço antiético.

Aspectos antropológicos de grupos e indivíduos sociais aderentes apenas aos seus ideais, mas sim contrários ao de inclusão de diferentes pensamentos, diferentes indivíduos e grupos podem atuar contra a conversão para o bem-estar social e embora o ser humano em pleno século XXI parece estar vivendo semelhante ao que viveram pequenas tribos antigas, pequenos grupos sociais, e descartando os demais contrários aos seus ideais, o sucesso de um país, de uma nação, organização e sociedade dar-se-á pela união de diferentes pensamentos e grupos. Esse fator antropológico e de desunião, pode ocasionar diversos atrasos no desenvolvimento do país, das organizações do bem-estar social.

Muitos avanços foram conquistados no nosso ordenamento jurídico, nas empresas ditando bons exemplos a serem seguidos pelos funcionários e partes relacionadas. Porém muito tem que se avançar em antropologia estrutural, sociologia e psicologia de dentro para fora das instituições, de modo que engaje pessoas e elas possam vir a ser agentes de mudança e de compliance na sociedade. As instituições têm muito ainda que avançar para coibir práticas antiéticas e admitir seus erros estratégicos, suas falhas e erros na tomada de decisão. Hoje o sucesso financeiro a qualquer custo e de *status* dentro das organizações é ainda muito valorizado em detrimento de diferentes sucessos de pessoas íntegras e honestas que realizam seus atos com base na ética, na empatia, na compaixão, sem prejudicar ou adquirir uma vantagem indevida na relação com seus semelhantes. Esses valores basilares fraternos são pouco valorizados pela mídia tradicional e muito menos pela sociedade.

Além do avanço em economia e tecnologia, temos que avançar em uma melhor distribuição de renda, redução da desigualdade, criação de oportunidades para todos e foco no ensino de base educacional. E também na conscientização do indivíduo e seu papel na sociedade, pois nada vai adiantar criar inúmeros padrões, leis, regras, normas e normas jurídicas se as práticas realizadas pelos seres humanos desde séculos e milênios antes do calendário judaico-cristão são as mesmas ou semelhantes. Há de aprimorar a cultura de valorização de boas práticas.

Até mesmo um ser humano com formação moral boa, não garante que em algumas situações forças primitivas possam atuar sobre ele. Como é visto em representantes públicos e privados que cometeram atos criminosos, antiéticos e demais condutas inadequadas para suas funções. Essas forças primitivas estariam agindo para esses desvios dos seres humanos. O que ressalta a importância de cada vez mais a adoção de treinamentos imersivos, campanhas de conscientização e demais técnicas para frear o lado primitivo e inconsciente dos seres humanos nas organizações. O que trará benefícios também para suas condutas em sociedade.

Esse inconsciente, também estrutural, conforme mencionado por Claude Lévi-Strauss em seu livro “Antropologia Estrutural”, os problemas não devem ser analisados apenas por algumas ciências como a História, Psicologia, Direito, Sociologia, Economia dentre outras, de modo separado, porém há de serem analisados os elementos característicos dessas diversas ciências em conjunto para que o Brasil avance na pauta da ética, transparência, nas diversas organizações e sociedade. Os problemas que afligem o Brasil hoje devem ser tratados em conjunto de profissionais de diversas ciências e não apenas de modo separado, para que os resultados de esforços das instituições sejam visíveis no cotidiano de organizações e sociedade.

Estudamos nesse artigo científico com base na filosofia de Pitágoras, Immanuel Kant e de Arthur Schopenhauer que as palavras: educação, razão, compaixão e vamos seguir até para a empatia, muito discutido hoje em dia como a capacidade de um ser humano se colocar no lugar do outro em determinada situação e sentir pelo outro; as instituições devem reanalisar seus papéis na sociedade, readaptando e finalmente redirecionando seus esforços buscando uma conscientização coletiva de modo que associem as ideias de “educação”, “razão” e “compaixão” em suas ações e de seus membros. As instituições devem focar na valorização de culturas éticas e do ser humano ético, aderirem em seus valores e missões institucionais para buscarem a empatia, muito mencionada nos dias atuais e muito pouco usada na prática, e também ressignificando para muitos seus valores e atos com o objetivo de diminuir os problemas atuais ou estar próximo da sua inexistência. Ou, possivelmente, a sociedade nas próximas décadas, centenas de anos, poderá estar com os mesmos problemas que estamos enfrentando aqui nos dias atuais, de falta de ética e de bons exemplos.

REFERÊNCIAS

- ANTONIK, Luis Roberto. **Compliance**, ética, responsabilidade social e empresarial: uma visão prática. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.
- ASHLEY, Patrícia et al. Ética e **Responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **O Brasil não é para amadores**: Estado, governo e burocracia na terra do jeitinho. Curitiba: IBQP-PR, 2000.
- COSTA, Marcos. **A história do Brasil para quem tem pressa**: dos bastidores do descobrimento à crise de 2015 em 200 páginas! Rio de Janeiro: Valentina, 2016.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**: Tomo III – o Brasil Republicano. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. v. 9.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Governança corporativa e integridade empresarial**: dilemas e desafios. São Paulo: Saint Paul, 2017.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Abril, 1980. (Coleção Os Pensadores).
- KANT, Immanuel; QUINTELA, Paulo. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- LA TAILLE, Yves de. **Moral e ética**: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Ubu, 2017.
- MAGEE, Bryan. **História da Filosofia**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- MONITOR DAS FRAUDES. **Introdução ao mundo das fraudes**. 2017. Disponível em: <<http://www.fraudes.org/showpage1.asp?pg=2>>. Acesso em: 22 ago. 2020.
- PARODI, Lorenzo. **Manual das fraudes**. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação**. Tradução de Jair Barboza. São Paulo: UNESP, 2005.